

Mentoria Romário Falci

Plano de desenvolvimento institucional Projeto Pedagógico Institucional

Devemos ter clara a percepção que as universidades devem atender aos **três pilares** definidos como de sustentação do ensino superior. São eles: **o ensino, a pesquisa e a extensão**.

ENSINO: O ensino compreende as atividades destinadas ao aprendizado dos estudantes, como por exemplo, atividades de sala de aula, de laboratórios, de monitoria, entre outras, de modo que facilitem o pleno aprendizado do estudante.

PESQUISA: Entende-se por pesquisa as ações desenvolvidas que fomentem atividades de pesquisa dentro das universidades, desenvolvidas através de projetos, como, por exemplo, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Iniciação Científica, Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado, entre outras produções, como a de artigos científicos, etc.

EXTENSÃO: O objetivo da extensão é criar uma relação entre a comunidade e a universidade. A experiência na extensão é rica em aprendizados acadêmicos e sociais, o que contribui para a formação de um profissional mais integrado com as demandas da sociedade.

Devemos pensar a **Extensão** como uma ação da Universidade, em favor da **comunidade externa**, que possibilita o compartilhamento do conhecimento adquirido por meio do **ensino e da pesquisa** desenvolvidos na instituição.

Ou seja, se o **ensino e a pesquisa** são desenvolvidos para os "alunos matriculados" na instituição, a **extensão** se direciona para as pessoas "sem o vínculo formal" com a Universidade, sendo aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Constituição: Art 207. "as universidades gozam de **autonomia** didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**".

Com relação à **autonomia**, significa que toda a Universidade pode propor a abertura ou fechamento de cursos de graduação e pós-graduação, por exemplo, mas mesmo assim deve obedecer ao princípio de **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão.

Cuidado apenas para não confundir autonomia didático-científica com liberdade, pois as instituições universitárias passam por processos periódicos de avaliação externa e seguem a legislações e mecanismos regulados pela união.

Segundo a LDB, algumas das finalidades da educação superior seria:

Art. 43 - I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; [...]

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Segundo a LDB, **a estrutura dos programas de ensino superior** se configura em:

Cursos sequenciais por campo de saber, de **graduação, de pós-graduação e de extensão**..

Graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

Pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

Extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Projeto Pedagógico de Curso

Se fizermos um paralelo, pensando na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), o documento produzido pelas escolas é o **Projeto Político Pedagógico (PPP)** que também tem uma

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

formulação ampla (pensando o macro da escola) e coletiva, mas pensando no Ensino Superior temos a formulação do **Projeto Pedagógico de Curso (PPC)**, que segue ditamesparecidos ao PPP, evidentemente com algumas alterações por se tratar de outro segmento da educação.

O **Projeto Pedagógico de Curso**, mais conhecido como **PPC**, é uma proposta educativa produzida coletivamente no âmbito da Unidade Acadêmica (Conjunto de profissionais e alunos de um curso, por exemplo, na Pedagogia), cuja finalidade é enunciar as diretrizes, os propósitos e os procedimentos adotados para a formação de profissionais em uma determinada área do conhecimento. Trata-se, portanto, do documento oficial de apresentação do curso.

O PPC deverá ser elaborado pelo **Núcleo Docente Estruturante (NDE)**.

Esse Núcleo Docente Estruturante – NDE (formado por docentes do curso) é uma instância de caráter consultivo, para acompanhamento do curso, visando à contínua promoção de sua qualidade. Entre suas atribuições principais está **o acompanhamento e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso**, tendo em vista a preservação de sua atualidade, em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional e da sociedade.

Além de passar pelo NDE deve também em consonância ser discutido e aprovado pelo **Colegiado de Curso com a participação de discentes (alunos) e Técnicos Administrativos**, ou seja, **nunca deve ser feito apenas pelos dirigentes do curso ou reitoria**.

Além da aprovação no âmbito do Colegiado de Curso, na sequência, deve ser também apreciado e aprovado no Conselho da Unidade Acadêmica e no Conselho de Graduação, conforme prescrições das Normas Gerais da Graduação ao qual a Instituição está vinculada.

Outro ponto importante é entender que o processo de elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação (PPCs) está longe de se caracterizar como a simples confecção de um documento para atender a uma exigência legal, também não se caracteriza pela mera formulação ou reformulação de um currículo, ou seja, **não tem a função de cumprir uma mera exigência burocrática**.

O PPC deve ser encarado como documento/proposição em processo, a sua construção acontece em todos os momentos do ato educativo e, por essa razão, expressa uma **proposta de gestão acadêmica de curso que apresenta os fundamentos, os objetivos e os caminhos considerados necessários para o permanente aprimoramento do ensino e, por conseguinte, para a qualidade da formação profissional**.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem do curso e apresenta alguns componentes mínimos:

- ✓ Concepção do Curso;
- ✓ Estrutura do Curso: currículo, corpo docente, corpo técnico administrativo e infraestrutura;
- ✓ Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e do curso;

- ✓ Instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, etc.).

Cabe também destacar, que o **PPC** é **elemento indispensável para a abertura e autorização de um curso de graduação**. E mesmo **após a sua autorização** é também **um elemento do instrumento de avaliação de cursos de graduação** nos graus de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presenciais e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), pois compõem na avaliação se este representa enquanto instrumento de **responsabilidade Social e participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC**.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

O **PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional)**, elaborado para um **período de cinco anos**, é o documento que identifica a Instituições de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

O PDI possibilita criar uma referência para a condução das ações institucionais, além de permitir seu monitoramento e avaliação. Sua finalidade principal é proporcionar o ambiente ideal para o desenvolvimento da instituição.

O PDI é um compromisso da instituição com o MEC, além de ser um requisito aos atos de credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior.

Existem alguns documentos que devem, obrigatoriamente, **serem anexados ao PDI**. São eles:

- Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) previstos para o primeiro ano do PDI;
- Regimento ou Estatuto da Instituição;
- Demais documentos que a Instituição julgue relevante ou complementar ao PDI.

Veremos abaixo o que não pode faltar na construção do PDI:

I – missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II – projeto pedagógico da instituição

III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando a programação de abertura de cursos, o aumento de vagas, a ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

IV – organização didático-pedagógica da instituição, com indicação de número de turmas previstas por

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

V- perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

VI- organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos;

VII- infraestrutura física e instalações acadêmicas

VIII- oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;

IX – oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X – demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) faz parte, ou seja, é uma faceta/pedaço do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é o documento mais macro.

Em ambos os documentos estão os **principais elementos norteadores do planejamento acadêmico-administrativo de uma universidade**.

No Projeto pedagógico da instituição (PPI) deve conter, entre outros aspectos, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Trata-se de um instrumento **político, filosófico e teórico-metodológico** que norteia as práticas acadêmicas da instituição de ensino superior, tendo em vista sua trajetória histórica, sua inserção regional, sua vocação, missão, visão e seus objetivos gerais e específicos.

No seu sentido **político e filosófico**, o PPI define o que se tem intenção de realizar no futuro. Tem uma dimensão utópica, devendo transformar em real os princípios e práticas subjacentes a uma instituição. A formação universitária precisa estar articulada a uma concepção pedagógica referenciada ao futuro da sociedade.

,Na dimensão **teórico-metodológico**, o PPI define as políticas para a organização administrativa e pedagógica das instituições de ensino, norteando as ações voltadas para a consecução de sua missão e de seus objetivos.

Conclusão e Diferenças

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

É o documento mais amplo e que pensa a IES como um todo, nele está contido o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, e pode ter como anexo os PPCs dos diferentes cursos.

Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

Pensa a IES como um todo, mas enfatiza as **diretrizes pedagógicas, que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas** que desenvolve ou que pretende desenvolver.

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Pensa o desenvolvimento de um curso específico, por exemplo, a Pedagogia. Para a sua estruturação, deve se balizar tanto no PDI como que principalmente do PPI da instituição e nas Diretrizes curriculares nacionais (DCN) do curso em questão.

Enquanto o **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional** – é o instrumento de **planejamento e gestão** que considera a identidade da IES, no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às **estratégias para atingir suas metas e objetivos**, a sua estrutura organizacional.

Por sua vez, o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** enfatiza as **diretrizes pedagógicas, que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas** que desenvolve ou que pretende desenvolver.

Simulado

(CESPE - 2018 - IFF - Técnico em Assuntos Educacionais)

1) O projeto pedagógico institucional (PPI) e o projeto pedagógico de curso (PPC) são documentos imprescindíveis para que uma instituição de ensino superior esteja autorizada a funcionar. Entre os elementos obrigatórios em um PPI incluem-se

- contexto educacional, políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.
- objetivos do curso, perfil do egresso, metodologia e contextualização.
- introdução, revisão bibliográfica, apresentação e discussão dos dados, conclusão e referências bibliográficas.
- ementa, competências, habilidades, conteúdos, metodologia, avaliação e referências bibliográficas.
- justificativa, objetivos, metodologia, revisão de literatura, cronograma e referências bibliográficas.

2) (IESES - 2015 - IFC-SC - Pedagogia) No que se refere ao conceito de Projeto Pedagógico de Curso (PPC), assinale a alternativa que NÃO é verdadeira:

- a) O PPC é um documento de orientação acadêmica onde constam, dentre outros elementos, conhecimentos e saberes considerados necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; serviços administrativos; serviços de laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.
- b) O PPC é um documento de mesma dimensão do PPI (Projeto Pedagógico Institucional) e nele se pauta, ainda que se restrinja a um determinado curso. É a referência de todas as ações e decisões do curso.
- c) O PPC deve estar sintonizado com a nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma da sociedade e de educação. Desta maneira, o ensino voltado para a construção do conhecimento, deve orientar-se por uma estrutura curricular rígida, baseada no enfoque unicamente disciplinar e sequenciada de conteúdos, confinada aos limites da sala de aula, onde o ensino tem por base a exposição submissa aos conteúdos descriptivos.
- d) O PPC expressa os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentado, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Está em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado.

3) (CPCON UEPB - UEPB - Universidade Estadual da Paraíba - Pedagogo - 2017) Sobre o Projeto Pedagógico de Curso podemos afirmar que:

- I- constituem esse documento os seguintes sistemas: Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem, Sistema de Avaliação do Projeto do Curso e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- II- é um documento obrigatório para autorização do curso pelo órgão competente de ensino da esfera Estadual ou Federal.
- III- é facultada a todas as Instituições de Ensino Superior a oferta ou não de Atividades Complementares a cada curso.
- IV- deve apontar o SISU como única forma de acesso ao curso pelos candidatos.
- V- deve apresentar, de forma rápida, a justificativa da oferta do curso em relação ao contexto local e regional em que a IES está localizada e as demandas que justificam a oferta do curso. Deve excluir dados estatísticos, socioeconômicos e ofertas similares por outras IES.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II. b) III e V. c) I, II e IV. d) I, III e V. e) II, IV e V.

4) (Universidade Federal de Goiás / Banca: CS UFG / Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais (UFG) / Formação Específica: Pedagogia / 2019) O PPC dos cursos de graduação deverá ser elaborado

- a) pelos docentes e discentes do curso de graduação ou por comissões designadas pelos centros acadêmicos dos cursos.
b) pela direção da unidade acadêmica ou pela coordenação pedagógica do curso.
c) por especialistas do Ministério da Educação ou por comissões designadas por esse órgão
d) pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso ou por comissão designada pela unidade acadêmica.

5) (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Amapá / Banca: Fundação Universa / Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais (IFAP) / Formação Específica: Pedagogia / 2016) O regimento interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico-institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) são documentos imprescindíveis para o credenciamento de uma instituição de ensino superior.

A respeito desses documentos, é correto afirmar que o

- a) PPC é um documento elaborado para cada curso da instituição e deve estar em consonância com o PDI e com o PPI.
b) PDI apresenta as intenções pedagógicas da instituição nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.
c) regimento interno expõe as intenções de crescimento da instituição, apontando inclusive se ofertará ensino a distância ou não.
d) PPI é o relatório anual, elaborado pela comissão própria de avaliação, no qual estão contidas as fragilidades e os pontos fortes da instituição.
e) regimento interno, o PDI e o PPI podem estar contidos em documento único no qual a instituição apresentará seus cursos de graduação e pós-graduação.

6) (Universidade Federal do Espírito Santo / Banca: UFES / Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais (UFES) / Formação Específica: Pedagogia / 2016)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado por meio da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, institui a avaliação das instituições de educação superior, de cursos e do desempenho de seus estudantes de forma integrada. Um dos documentos exigidos para o processo de avaliação é o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o qual

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

- a) expressa uma visão de mundo e do papel da educação superior, ao mesmo tempo em que explicita o papel da instituição de ensino superior no âmbito local.
- b) trata de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição de ensino superior.
- c) é o instrumento de planejamento e de gestão da instituição de ensino superior.
- d) trata do ensino, da pesquisa e da extensão e sua relação com os alunos de graduação.
- e) é a referência das ações e das decisões de um determinado curso em articulação com a especificidade da área de conhecimento, no contexto da respectiva evolução histórica do campo de saber a que se vincula.

7) (Universidade Federal do Pará / Banca: CEPS UFPA / Cargo: Pedagogo (UFPA) / Formação Específica: Pedagogia / 2018) A Educação em Direitos Humanos na construção dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação, deverá ser considerada de modo

- a) multicultural.
- b) transversal.
- c) gerador.
- d) disciplinar.
- e) pedagógico.

8) (Universidade Federal do Amapá / Banca: DEPSEC UNIFAP / Cargo: Técnico - Assuntos Educacionais (UNIFAP) / Formação Específica: Pedagogia / 2018) Conforme o manual orientador para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) de 06/2016, (versão 3) o PPC é um conjunto de ações sociopolíticas, técnicas e pedagógicas que incluem o planejamento estrutural e funcional, dentro do qual são tratados os objetivos do curso, o perfil do profissional a ser formado, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, a estrutura curricular, as metodologias a serem adotadas para a consecução da proposta, a sistemática e formas de gestão da avaliação do projeto, a infraestrutura necessária, bem como outros aspectos imprescindíveis à sua operacionalização.

Para reflexão sobre a proposta de curso e seu projeto pedagógico, devem ser envolvidos profissionais da área que possam apresentar os desafios éticos e técnicos da profissão na atualidade.

Marque a alternativa que complementa corretamente o texto ora apresentado a respeito do PPC.

- a) Estabelecer um cronograma de reuniões periódicas para discussão da filosofia curricular, perfil do egresso, competências e habilidades, operacionalização e dinâmica do curso, análise das diretrizes curriculares nacionais aprovadas para o curso, além de um estudo dos conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas para elaboração das ementas, de forma a se atingir os objetivos propostos, evitando superposição de assuntos nas diferentes disciplinas.
- b) Fazer análise entre a carga horária da disciplina e os conteúdos a serem ministrados, detectando possíveis desajustes como subutilização do tempo ou a sobrecarga do aluno, procurando otimizar o aproveitamento da disciplina.
- c) Estabelecer relação entre as disciplinas ofertadas no período letivo, identificando interfaces entre Acesse o site: www.romariofalci.com.br

elas para realização da interdisciplinaridade e entre conteúdos teóricos e cenários de prática profissional.

d) Conceber o currículo como instrumento de produção e transmissão do conhecimento sistematizado, de forma a viabilizar a integração entre o ensino, a pesquisa, a extensão, a cultura e a unidade teoria e prática, em sintonia com as novas exigências do mundo do trabalho.

e) As questões A, B, C e D se complementam, portanto, todas estão corretas.

9) (Universidade Federal do Maranhão / Banca: NEC UFMA / Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais (UFMA) / Formação Específica: Pedagogia / 2009) Analise as proposições abaixo, sobre os objetivos da avaliação dos cursos de graduação Segundo Brito (2008) e, em seguida, escolha a opção correta:

I) Identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial, as relativas à organização didático-pedagógica, corpo social e instalações físicas;

II) Verificar a articulação entre PDI, Projeto Pedagógico de Curso - PPC, currículo, vocação institucional e inserção regional;

III) Analisar a aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs.

a) Nenhuma está correta b) Somente a I está correta c) Somente a III está correta

d) Somente a I e a III estão corretas e) Todas estão corretas

10) (Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Banca: COMPERVE / Cargo: Produtor Cultural (UFRN) / Formação Específica: Comunicação Social / 2008) “A extensão universitária é entendida, nos termos do Plano Nacional de Extensão Universitária, como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.” (RESOLUÇÃO nº 070/2004 – CONSEPE –, de 19/10/2004).

Segundo esse parágrafo, a extensão universitária

a) privilegia exclusivamente o conhecimento científico produzido na UFRN.

b) é um instrumento acadêmico-social de ampla ação cultural.

c) desconsidera os saberes e as práticas religiosas difundidos pela UFRN.

d) é prioritariamente destinada ao conhecimento artístico e científico.

11) (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PA) / Banca: CEPS UFPA / Cargo: Técnico de Laboratório - Assuntos Educacionais (UNIFESSPA) / Formação Específica: Nível Técnico em Qualquer Área / 2018) As Instituições de Educação Superior consolidaram a política de Extensão Universitária com base no seguinte conceito:

a) Atividade extracurricular que promove uma formação acadêmica diversificada direcionada aos

interesses do (a) aluno (a).

- b) Processo de participação comunitária realizada exclusivamente pelo discente durante o curso de graduação que oportuniza a socialização dos seus conhecimentos teóricos.
- c) Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.
- d) Movimento de troca de saberes entre os cursos de graduação e pós-graduação que permite a formação interdisciplinar do discente.
- e) Atividade extracurricular que articula no currículo do curso as fases de formação acadêmica por meio de encontros, congressos e outros eventos.

Universidade Federal do Rio de Janeiro – história e organização atual.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição que faz parte de maneira indireta da administração pública federal. É dotada de autonomia de gestão financeira, patrimonial e didático-científica, estando sujeita ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em meio a sua atuação multicampi por todo o estado do Rio de Janeiro. Além disso, é pautada em seu caráter eminentemente público, gratuito, plural e diverso, fundamentos da liberdade de cátedra e de pensamento

A UFRJ atualmente oferta à sociedade 175 cursos de graduação e 132 programas de pós-graduação, além de mais de 300 cursos de extensão, responsáveis por constituir uma comunidade acadêmica com cerca de 80 mil pessoas, entre discentes, docentes e técnicos-administrativos em educação. Tais números tornam a Universidade do tamanho de uma cidade de médio porte e fazem com que ela apresente desafios logísticos, políticos e didáticos semelhantes aos de um município com esse nível de complexidade.

Sob a égide de Minerva, a deusa romana da sabedoria e das artes e símbolo da UFRJ, a Universidade se mantém com retidão no eterno compromisso de ter a ciência como método e as diferentes áreas do saber como objetivo, sem jamais se afastar de seu caráter artístico, cultural e tecnológico, buscando formar uma sociedade justa, democrática, plural e igualitária, dona de seus saberes e capaz de desenvolver uma

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

realidade social para todos, de maneira regional ou global.

No exato momento em que proferia essas palavras, o presidente Getúlio Vargas podia vislumbrar, além do horizonte do Instituto de Puericultura e Pediatria, que estava sendo inaugurado, apenas um grande canteiro de obras do que hoje chamamos de Cidade Universitária.

Não distante dali, também estavam em obras os edifícios antes pertencentes ao Hospital Nacional de Alienados e ao Senado Federal, que, sob a tutela da ainda nascente Universidade, passariam a sediar o Palácio Universitário e a Faculdade Nacional de Direito, respectivamente, sendo esses três simbólicos edifícios os primeiros a serem efetivamente construídos, adquiridos e reformados para os fins educacionais da então nomeada Universidade do Brasil.

Em 7 de setembro de 1920, a partir do Decreto nº 14.343 (BRASIL, 1920), assinado pelo presidente Epitácio Pessoa, e sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro, a história da UFRJ remonta a séculos anteriores. Formada pela união entre a Escola Politécnica, então Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792), a Faculdade de Medicina, então Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia (1808) e a Faculdade Nacional de Direito (1891), a Universidade já nasceu centenária e repleta de desafios para sua implementação, construção e estabelecimento na realidade do país.

o Decreto-Lei nº 6.574, de 8 de junho de 1944 (BRASIL, 1944), que estabeleceu a localidade como sede da futura Cidade Universitária.

Por causa das guerras mundiais e a forte crise econômica no Brasil, a Universidade do Brasil deixou de ser um projeto nacional e perdeu inclusive seu nome, passando a receber a alcunha atual de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ofim do período ditatorial marcou o início de uma série de mudanças na Universidade. Após a retomada da democracia, a UFRJ viu o início da era digital e pôde constituir o marco de tal avanço no país, sendo pioneira na utilização da internet e recebendo o primeiro cabo submarino com essa finalidade no Brasil. No mesmo período, começou a ser estabelecido o Parque Tecnológico da UFRJ, tido como o maior e melhor do país, e que trouxe para a instituição uma interface com a iniciativa privada que, até então, era percebida apenas internacionalmente.

Em 2006, a UFRJ voltou a romper as barreiras da cidade do Rio de Janeiro, algo que não acontecia desde a criação da Universidade, e começou a estabelecer raízes em Macaé, cidade costeira do litoral norte do estado que passou a contar, inicialmente, com um curso de licenciatura em Ciências Biológicas e, desde 2009, com um campus completo com 12 modalidades de cursos de graduação, além de programas de pós-graduação, proporcionando cada vez mais a interiorização do ensino superior no estado.

Dois anos depois, em 2008, a Universidade deu outro importante passo em direção a sua abertura social

e geográfica para o estado do Rio, chegando a Duque de Caxias, com a inauguração do Polo de Xerém (atual campus Duque de Caxias) e a instalação dos cursos de Biofísica e Biotecnologia. Atualmente, com nova sede, maior e com mais infraestrutura, às margens da Rodovia 040, também vem se tornando um campus completo, com diversos cursos de graduação e pós-graduação ofertados à comunidade.

Os campi da Cidade Universitária e da Praia Vermelha, também nesse período, receberam uma série de melhorias e expansões que alteraram a dinâmica de funcionamento desses locais. Porém, os desafios a serem enfrentados ainda seguem enormes para a real integração desses espaços e para o funcionamento da UFRJ como universidade, não apenas como uma confederação de cursos de excelência.

1.2 MISSÃO: Contribuir para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

1.3 VISÃO: Posicionar-se entre os líderes mundiais na formação cidadã em diferentes áreas do saber, integrando-as de maneira a construir respostas para os inúmeros desafios do nosso século e destacando-se como um veículo transformador da realidade socioeconômica e ambiental.

1.4 VALORES

- Excelência acadêmica;
- liberdade de pensamento e expressão;
- responsabilidade social e ambiental;
- ética e transparência;
- diversidade, acessibilidade e inclusão social;
- autonomia universitária, didático-científica, administrativa e de gestão

Macroprocessos finalísticos

Ensino de Graduação	Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa	Extensão
<ul style="list-style-type: none"> Cursos de Graduação e suas políticas acadêmicas. Conselho de Ensino de Graduação: processos de acesso, concessão de bolsas e sistema de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Cursos de pós-graduação e suas políticas acadêmicas, programas, eventos e projetos de pesquisa. Conselho de Ensino para Graduados: diretrizes didáticas e pedagógicas dos cursos de pós-graduação. Modalidades de pesquisa: básica, aplicada, inovação e desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> Cursos, programas, eventos e projetos de extensão e creditação da extensão. Conselho de Extensão Universitária: diretrizes da política universitária de extensão e planos referentes à área.

Valor público

Governança

Gestão Estratégica de Governança	Instâncias Internas de Governança	Instâncias Internas de Apoio	Instâncias Externas de Governança
<ul style="list-style-type: none"> Comitê Interno de Governança (CIGov). Comitê de Gestão Estratégica. Comitê de Governança Digital (CGD). 	<ul style="list-style-type: none"> Reitoria. Conselho Universitário. Conselho Superior de Coordenação Executiva. Conselho de Curadores. 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Interno de Governança. Unidade de Gestão da Integridade. Comissão de Ética. Auditoria Interna. Ouvidoria. Procuradoria. Superintendência-Geral de Governança. Coordenação de Relações Institucionais e Articulações com a Sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia. Tribunal de Contas da União. Controladoria-Geral da União. Ministério da Educação. Demais órgãos de controle externo.

Valor público

Gestão

Gestão Acadêmica	Gestão Administrativa	Gestão Financeira Contábil e de Custos	Gestão de Pessoas	Gestão de TIC	Gestão da Informação
<ul style="list-style-type: none"> • Pró-Reitoria de Graduação. • Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. • Pró-Reitoria de Extensão. • Pró-Reitoria de Políticas Estudantis. • Superintendência-Geral de Relações Internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Central. • Pró-Reitoria de Gestão e Governança. • Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças. • Pró-Reitoria de Gestão e Governança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pró-Reitoria de Pessoal: <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento das estratégias e políticas de gestão de pessoal. • Relações de trabalho dos corpos docente e técnico-administrativo. • Correção e apuração de ilícitos administrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência-Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação Gerencial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência-Geral de Comunicação Social. • Ouvidoria-Geral.

Valor público

2.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA UFRJ

A UFRJ tem sua organização didático-pedagógica baseada em divisões articuladas inter namente nas Pró-Reitorias de Graduação (PR-1), de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2) e de Extensão (PR-5). Os currículos dos cursos de graduação da UFRJ contemplam elencos de disciplinas de escolha condicionada e livre e preveem mobilidade acadêmica nacional e internacional. Tais atividades atendem à diversidade e à ampla formação de seus discentes, a partir do uso de material didático compatível com o estado da arte das tecnologias de ensino.

- a) Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares
- b) Oportunidades diferenciadas e inovadoras para a integralização curricular
- c) Atividades práticas de estágio
- d) Empresas Juniores
- e) Desenvolvimento de materiais pedagógicos
- f) Incorporação de avanços tecnológicos

2.3.2 Oferta de cursos de graduação: A UFRJ oferece 175 cursos de graduação, entre os quais figuram

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

licenciaturas e bacharelados, nas modalidades presencial e a distância, a um contingente aproximado de 60 mil discentes em 2021. São 172 cursos de graduação presenciais, sendo 31 licenciaturas e 141 bacharelados. Há cursos em regime de funcionamento integral e também cursos diurnos, vespertinos e noturnos.

2.3.3 Oferta de cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu): A UFRJ possui 132 programas de pós-graduação stricto sensu, dos quais três foram autorizados a funcionar pela Capes a partir de 2021. No total, em 2019, estavam matriculados 14.700 discentes nos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional distribuídos em todas as nove grandes áreas do conhecimento definidas pela Capes.

2.3.4 Oferta de cursos de extensão: A extensão é hoje uma maneira de democratizar o fazer da Universidade, triplicando a oferta de formação para o público externo. Os cursos oferecem possibilidades de discussão, reflexão e aprimoramento do conhecimento. Para que as ações possam ter o efeito desejado tanto na formação cidadã quanto nas atividades laborais, o monitoramento e a avaliação das atividades são práticas constantes e indispensáveis.

Gestão e organização administrativa da UFRJ

A Universidade Federal do Rio de Janeiro se estrutura como uma autarquia federal de natureza especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, e é constituída pelos seguintes órgãos: de infraestrutura, de estrutura média e de estrutura superior.

A infraestrutura é integrada, fundamentalmente, pelas unidades universitárias ou órgãos suplementares, órgãos de execução de ensino, pesquisa e extensão e de natureza técnica, científica e cultural; a estrutura média é constituída por um conjunto de centros, órgãos de coordenação das atividades universitárias nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, pelo Fórum de Ciência e Cultura, pelo Complexo Hospitalar e da Saúde e pelo Complexo de Formação de Professores da UFRJ; a estrutura superior é constituída por órgãos de jurisdição sobre toda a Universidade, ou seja: órgãos de deliberação, direção, coordenação e assessoramento.

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

As principais instâncias de decisão da Universidade fazem parte da estrutura superior, constituída por órgãos de jurisdição – órgãos de deliberação, direção, coordenação e assessoramento.

4.1.1 Dos órgãos de deliberação: São compostos pelo Conselho Universitário (Consuni); Conselho de Curadores; Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), Conselho de Ensino de Graduação (CEG); Conselho de Ensino para Graduados (Cepg) e Conselho de Extensão Universitária (CEU).

a) Conselho Universitário (Consuni): Órgão máximo de função normativa, deliberativa e de

planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral da UFRJ.

- b) Conselho de Curadores: Órgão deliberativo para assuntos de patrimônio da UFRJ, tendo como finalidade precípua o controle do movimento financeiro e patrimonial da Universidade. É composto pelo reitor, pelo representante do Consuni, pelo representante do Ministério da Educação (MEC), pelo representante dos antigos discentes e pelo representante da comunidade.
- c) Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) O CSCE é um conselho deliberativo composto pelos seguintes membros: reitor, vice-reitor, pró-reitores, decanos de centros universitários, diretores do Centro Multidisciplinar da UFRJ–Macaé Professor Aloísio Teixeira e o do campus da UFRJ–Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade, diretor do Escritório Técnico da Universidade e prefeito da Universidade.
- d) Conselho de Ensino de Graduação (CEG): É o órgão deliberativo em matéria didática e pedagógica relacionado ao ensino de graduação.
- e) Conselho de Ensino para Graduados (Cepg) O Cepg é o órgão deliberativo responsável pelas diretrizes didáticas e pedagógicas dos cursos de pós-graduação e atividades de pesquisa.
- f) Conselho de Extensão Universitária (CEU) Órgão deliberativo sobre quaisquer assuntos relacionados à extensão universitária e às suas políticas institucionais
- g) Comissão Interna de Supervisão (CIS) A Comissão Interna de Supervisão (CIS) do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação foi instituída pela resolução 19/2005 do Consuni e tem por finalidade acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento no âmbito da UFRJ

4.1.2 Dos órgãos de direção São compostos pela Reitoria, Vice-Reitoria e pró-reitorias: Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa; Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças; Pró-Reitoria de Pessoal; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Gestão e Governança; e Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

- a) Reitoria e Vice-Reitoria Além de suas funções administrativas, é responsável por firmar convênios e parcerias com objetivo de projetar e ampliar ainda mais as atividades científicas e tecnológicas da instituição no Brasil e exterior
- b) Pró-Reitoria de Graduação (PR-1) A Pró-Reitoria de Graduação responde pelos cursos de graduação, bem como pela política acadêmica a eles relacionada. É responsável pela supervisão e controle da execução pelas diversas instâncias acadêmicas das atividades didáticas, culturais, desportivas, recreativas e

extracurriculares. A

c) Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2) A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa é a responsável pela formulação, coordenação e cumprimento da política institucional da UFRJ nessas áreas, em parceria com seus programas e grupos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos com alto nível de qualificação, para o crescimento e a disseminação da produção científica, artística e cultural e para o desenvolvimento tecnológico do país

d) Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3) A Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças concentra as atividades de:

- elaboração de normas e critérios para o planejamento estratégico, físico, financeiro e orçamentário da Universidade;
- coordenação, acompanhamento e controle das atividades de planejamento de todas as unidades, centros, órgãos e serviços da Universidade;

e) Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) A PR-4 é responsável por estabelecer políticas, normas, projetos e ações institucionais voltadas para servidores docentes e técnicos-administrativos em educação, contemplando atividades relativas ao desenvolvimento e qualificação dos servidores;

f) Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) A Pró-Reitoria de Extensão é responsável pela gestão das ações de extensão realizadas pela UFRJ, o que inclui a articulação e a elaboração da política de extensão da Universidade em conjunto com o Conselho de Extensão Universitária

g) Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6) A Pró-Reitoria de Gestão e Governança é responsável pela operação dos processos administrativos relativos a licitações, contratos, materiais e serviços, gestão patrimonial e normatização dos respectivos procedimentos administrativos, apoiando as unidades e exercendo uma gestão pautada na publicidade e na transparência de seus atos administrativos, que assegure a integridade e o controle dos riscos inerentes às atividades da Universidade.

h) Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7) A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis é voltada, especificamente, à definição das políticas estudantis que visam à permanência com qualidade dos discentes e que foram conquistadas graças a décadas de luta do movimento estudantil.

4.1.3 Dos órgãos de coordenação:

É composto pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE). Compete ao CSCE:

- apreciar as propostas de plano e orçamentos-programas, com base em um plano global de atividades universitárias;
- apreciar, de acordo com o disposto no item anterior, as propostas relativas à criação de cursos, encaminhando o parecer ao Conselho Universitário;

4.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO :A estrutura administrativa e acadêmica da UFRJ, é constituída pelos seguintes conselhos superiores: Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Curadores, Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Conselho de Ensino e Pesquisa para Graduados (Cepg), Conselho de Extensão Universitária (CEU) e Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE)



Simulado:

Sobre a organização e estrutura da UFRJ, marque V ou F.

- () A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição que faz parte de maneira indireta da administração pública federal. É dotada de autonomia de gestão financeira, patrimonial e didático-científica, estando sujeita ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em meio a sua atuação multicampi por todo o estado do Rio de Janeiro.
- () A UFRJ atualmente oferta à sociedade 175 cursos de graduação e 132 programas de pós-graduação, além de mais de 300 cursos de extensão, responsáveis por constituir uma comunidade acadêmica com cerca de 80 mil pessoas, entre discentes, docentes e técnicos-administrativos em educação
- () A égide, o símbolo da UFRJ é a Medusa.
- () A UFRJ foi fundada Em 7 de setembro de 1920, a partir do Decreto nº 14.343 (BRASIL, 1920), assinado pelo presidente Epitácio Pessoa

5. () Formada pela união entre a Escola Politécnica, então Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792), a Faculdade de Medicina, então Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia (1808) e a Faculdade Nacional de Direito (1891)
6. () Um outro nome que a atual UFRJ obteve foi a de Centro Universitário União Lusobrasileiro.
7. () Além da Cidade Universitária, a UFRJ possui outros Campus, como em Macaé, Duque de Caxias e Praia Vermelha.
8. () A missão da UFRJ é Posicionar-se entre os líderes mundiais na formação cidadã em diferentes áreas do saber, integrando-as de maneira a construir respostas para os inúmeros desafios do nosso século e destacando-se como um veículo transformador da realidade socioeconômica e ambiental.
9. () A Visão da UFRJ é: Contribuir para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.
10. () São Valores da UFRJ: Excelência acadêmica, pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, valorização do magistério, liberdade de pensamento e expressão; responsabilidade social e ambiental.
11. () A UFRJ tem sua organização didático-pedagógica baseada em divisões articuladas internamente nas Pró-Reitorias de Graduação (PR-1), de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2) e de Extensão (PR-5).
12. () A Universidade Federal do Rio de Janeiro se estrutura como uma autarquia federal de natureza especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, e é constituída pelos seguintes órgãos: de infraestrutura, de estrutura média e de estrutura superior.
13. () As principais instâncias de decisão da Universidade fazem parte da estrutura superior, constituída por órgãos de jurisdição – órgãos de deliberação, direção, coordenação e assessoramento.
14. () Dos órgãos de direção são compostos pelo Conselho Universitário (Consuni); Conselho de Curadores; Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), Conselho de Ensino de Graduação (CEG); Conselho de Ensino para Graduados (Cepg) e Conselho de Extensão Universitária (CEU).

15. () 4.1.3 Dos órgãos de coordenação É composto pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE).
16. () A estrutura administrativa e acadêmica da UFRJ, definida na Figura 4, é constituída pelos seguintes conselhos superiores: Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Curadores, Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Conselho de Ensino e Pesquisa para Graduados (Cepg), Conselho de Extensão Universitária (CEU) e Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE)
17. () Dos órgãos de deliberação São compostos pela Reitoria, Vice-Reitoria e pró-reitorias: Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa; Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças; Pró-Reitoria de Pessoal; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Gestão e Governança; e Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.
18. () Conselho de Curadores: Órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral da UFRJ.
19. () Conselho Universitário (Consuni): Órgão deliberativo para assuntos de patrimônio da UFRJ, tendo como finalidade precípua o controle do movimento financeiro e patrimonial da Universidade. É composto pelo reitor, pelo representante do Consuni, pelo representante do Ministério da Educação (MEC), pelo representante dos antigos discentes e pelo representante da comunidade.
20. () Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) O CSCE é um conselho deliberativo composto pelos seguintes membros: reitor, vice-reitor, pró-reitores, decanos de centros universitários, diretores do Centro Multidisciplinar da UFRJ–Macaé Professor Aloísio Teixeira e o do campus da UFRJ–Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade, diretor do Escritório Técnico da Universidade e prefeito da Universidade.